

Relatório e Contas 2015



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Em cumprimento das políticas internas de boa governação, o CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP) apresenta o Relatório e Contas referentes ao ano 2015, acompanhado pelos Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, bem como um breve resumo das principais realizações levadas a cabo pela organização no referido ano, de acordo com o Plano Anual, cujo referente é o Plano Estratégico (2014-2018).

Missão

Promover a integridade na esfera pública em Moçambique, através da denúncia da corrupção e de irregularidades, em geral, e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

Visão

Um país onde os agentes públicos e privados agem com integridade e probidade na esfera pública, contribuindo para uma gestão pública democrática, transparente e em conformidade com a lei.

Princípios Fundamentais Orientadores

As acções do CIP são orientados pela integridade, a transparência, a prevenção da corrupção e a boa governação.

Relatório Programático

Este é o relatório anual de 2015 que é o segundo desdobramento anual do Plano Estratégico 2014-2018. O ano de 2015 foi marcado por uma instabilidade política, decorrente das eleições gerais de 2014. Em paralelo, no domínio da governação, o país esteve ocupado com a transição de Armando Guebuza para Filipe Nyussi. O CIP fez uma recepção crítica ao discurso de tomada de posse do novo Presidente. A tónica central era a promessa de o CIP estar atento para monitorar, passo a passo, a sua governação, tal como acontecera com o seu antecessor, Armando Guebuza.

Para além do discurso bonito, em termos substantivos, não ficou claro, em 2015, o que se vai passar na governação de Nyussi, dado que a governação de Guebuza foi marcada, por um lado, pelo recrudescimento da corrupção e sua centralização, no início, mas descontrolo na parte final do segundo mandato, em paralelo com o enfraquecimento e maior politização das instituições de controlo de legalidade; por outro lado, por um cada vez maior conflito de interesses em torno dos mais altos gestores

públicos, incluindo tráfico de influências para aproveitamento privado do cargo público. Vai Nyussi seguir o legado do seu antecessor?

O ponto é que, no período em análise, em nenhum momento Nyussi e o seu governo fizeram um pronunciamento público condenatório, a manifestar o desejo de combater e/ou controlar a corrupção; porém, há uma confluência de sinais (explícitos e implícitos) positivos e menos positivos.

O relatório é constituído por 2 blocos, sendo o primeiro programático e o segundo referente à administração e finanças.

1. Indústria Extractiva

Ao longo do primeiro semestre, o CIP acompanhou a implementação das principais actividades e/ou iniciativas governamentais para o ano de 2015. A ideia de advocacia foi a de influenciar para que estas actividades e/ou iniciativas ocorressem dentro dos limites legais e acautelando o interesse público. destacam-se os seguintes resultados:

- O Plano Estratégico de Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (EITI, sigla Inglesa) para os próximos três anos (2016-2018), produzido em 2015, acomoda uma série de recomendações trazidas pelo relatório do CIP sobre a necessidade de o EITI ser uma plataforma para promoção de reformas profundas, que garantam o acesso à informação;

- Influência positiva e directa sobre o processo e resultado do 5º concurso para o licenciamento de blocos petrolíferos; e
- Influência para a melhoria do plano de reassentamento e compensação das comunidades de Palma pelas perdas que terão em decorrência da implementação do projecto de liquefacção de gás natural.

2. Finanças Públicas

No campo da advocacia, o CIP fez uso dos resultados do OBI 2015 para dialogar com o Executivo, o Tribunal Administrativo e a Assembleia da República. A questão central gira em volta de maior transparência orçamental e da despesa pública e maior participação da sociedade civil no processo de planificação e orçamentação como viés para a melhoria da gestão das finanças públicas.

No domínio das finanças públicas, os principais resultados são os seguintes:

- Melhorias do Sistema Nacional da Saúde, a destacar a revisão e actualização da Lista dos Medicamentos Essenciais;
- A introdução de uma ferramenta de vigilância do *stock* de medicamentos nos depósitos provinciais;
- A aceleração na implementação do Plano Estratégico de Logística Farmacêutica (PELF);
- Medidas mais inspectivas para lidar com o roubo de medicamentos e grande destaque para maior participação de organizações de utentes e de base comunitária na monitoria de medicamentos;
- A indicação pelo MISAU dum *desk officer* junto do Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM) para servir de ligação nas actividades de seguimento da

denúncia e análises trazidas pelo CIP através do Utente Repórter; e

- Uso dos dados do Utente Repórter pelo MISAU.

3. Parcerias Público Privadas

Neste pilar, foram realizadas diversas actividades de pesquisa e análise.

No pilar das PPP, os resultados são os seguintes:

- Utilização dos resultados das pesquisas do pilar por bancadas da Assembleia da República (AR) nas sessões de ‘Perguntas ao Governo’;
- Convite pelo governo para o CIP participar e intervir na primeira avaliação do desempenho das concessões ferro-portuárias dos Corredores de Nacala, Beira e Maputo.

4. Anticorrupção e Instituições Democráticas de Controle e Quadro Regulador

No domínio da anticorrupção – perante o entendimento de que o Governo não tem uma estratégia consolidada de combate à corrupção na função pública – a advocacia do CIP é orientada à compreensão, por parte do Governo, de que a Estratégia de Reforço e Desenvolvimento da Administração Pública que foi produzida e adoptada para substituir a Estratégia Anticorrupção enferma de várias lacunas, o que a torna inaplicável.

No domínio das entidades reguladoras, a advocacia é orientada para uma melhor definição do quadro – legal e institucional – destas entidades e que elas sejam de facto o garante da defesa dos interesses dos cidadãos em face da actuação das empresas públicas e privadas.

Os resultados/mudanças são os seguintes:

- No domínio da anticorrupção, depois dos avanços na produção legislativa – Pacote Anticorrupção – a implementação da legislação tem sido a um passo glacial. Tem havido alguma dinâmica por parte da Comissão Central de Ética Pública e, nalguns ministérios, ocorre formação de funcionários sobre medidas de controle interno para evitar desvios de fundos do Estado (p.e., Ministério das Finanças) mas, em termos institucionais e de práticas, não há mudanças concretas a reportar; e
- No domínio das entidades reguladoras, notou-se que há cada vez mais popularização da temática e melhor compreensão do alcance da importância de estabelecimento e fortalecimento de entidades reguladoras, e.g., transformação da CNELEC em entidade reguladora mas ainda não se observaram mudanças concretas.

5. Áreas Transversais

5.1 Jornalismo Investigativo

Durante o ano de 2015, a ênfase do jornalismo investigativo esteve orientada para o procurement público. Para além do procurement público, o jornalismo investigativo abordou também a exposição de casos de conflitos de interesse e tráfico de influências. Esta exposição é suportada pela Base de Dados de Interesses Empresariais que apresenta parte considerável dos interesses económicos da elite política moçambicana.

5.2 Business Integrity Country Agenda (BICA)

Esta é uma iniciativa desenvolvida em parceria com a Transparência Internacional (TI) que visa juntar um conjunto de evidências sobre a

integridade no sector privado e uma amplamente partilhada agenda de reforma em prol de maior integridade no sector privado. Em 2015, foram realizadas as principais acções: Constituição do Núcleo de Conselheiros (NAG) que acompanhou criticamente todo o processo de pesquisa. Neste domínio houve a identificação de 10 entidades que incluem: Autoridade Tributária; Confederação das Associações Económicas (CTA); Associação Comercial Industrial e de Serviços (ACIS); GIZ; Embaixada Alemã; Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE); GAPI; Associação das Pequenas e Médias Empresas; Instituto de Directores de Moçambique (IodMz); Realização, conclusão da pesquisa e apresentação e validação do relatório final.

5.3 Monitoria, Avaliação e Aprendizagem

Para a operacionalização desta importante parte do trabalho da organização, houve treinamento e formação através da participação no “**International Program Development and Evaluation Training (IPDET 2015) - Building Skills to Evaluate Development Initiatives and Interventions**”, em Ottawa, Canada. É um curso profissionalizante e de especialização em monitoria, avaliação e aprendizagem que se espera que, a partir de 2016, vá melhorar a sistematização de informação sobre os relatórios incluindo a captação dos impactos destas actividades na sociedade.

6. Administração e Finanças

6.1 Gestão de Recursos Humanos

No âmbito da implementação e consolidação dos instrumentos de governação interna e de recursos humanos, foi cada vez mais

consolidado o funcionamento institucional e intersectorial do CIP que resultou numa maior interacção, conhecimento sobre as normas e maior fluidez do controlo interno. Também houve mais sintonia entre os membros do Conselho de Direcção (CODIR) e uma participação cada vez mais acentuada do Núcleo de Conselheiros na vida estratégica do CIP.

Em Fevereiro, a Assembleia Geral (AG) aprovou o Regulamento Geral que engloba diversas políticas de governação; igualmente, foi aprovada, pelo mesmo órgão social, a Política Antifraude. Após o acolhimento de comentários dos colaboradores do CIP e dos membros da AG, a política de género foi devolvida ao consultor por forma a tomar em consideração os comentários tecidos para o seu enriquecimento e enquadramento à realidade funcional do CIP.

O segundo Semestre foi um período de consolidação e de implementação dos instrumentos normativos do CIP e também de conjugar a implementação com algumas constatações feitas no âmbito do *Due Dilligence* do DFID. Foi um período em que os investigadores do CIP beneficiaram de várias formações dentro e fora do país, o que trouxe

uma mais-valia ao trabalho realizado no CIP e fundamentalmente um passo rumo à realização de todos os principais trabalhos do CIP com recurso a capacidade interna. Isto é fundamental.

Não só reduz o orçamento de funcionamento como também reduz possíveis riscos associados ao uso de *expertises* externos bem como uma maior consolidação da organização, e.g.,


continuar a funcionar por muitos anos, mesmo em contexto de decrescente disponibilidade de financiamento para as organizações da sociedade civil.

No âmbito do desenvolvimento de subsistemas de Recursos Humanos, está consolidada a implementação do sistema de Progressão na Carreira Profissional. Todos os colaboradores do CIP estão integrados no sistema de carreiras, inclusive os recém-contratados.

Em termos gerais, o CIP terminou o ano de 2015 com um total de 16 colaboradores, sendo 11 na área de Programas e 5 na área Administrativa e Financeira.

A direcção do CIP aproveita a oportunidade para agradecer aos parceiros pelo apoio prestado ao longo do ano de 2017, pois foi graças a esse apoio que o CIP alcançou os resultados apresentados neste relatório.

O Conselho de Direcção



Edson Cortês

Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)
DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
 Ano findo a 31 de Dezembro de 2015
 (Expresso em Dólares)

Receitas	Orçamento	Realizado	Varição
Fundos recebidos			
SDC	812 480	812 480	-
Norway	250 000	250 000	-
Oxfam Novib (AGIR)	524 571	555 865	(31 294)
IBIS	200 000	150 000	50 000
DFID	215 590	476 850	(261 260)
Embaixada da Dinamarca	613 365	613 365	-
Outras receitas			
Diferenças cambiais favoráveis	-	16 511	(16 511)
Total receitas	2 616 006	2 875 071	(259 065)
Despesas		<i>Pag.5</i>	
Custos administrativos			
Material de Escritório e Consumíveis	15 648	14 469	92%
Despesas Bancárias	10 150	4 614	45%
Renda do Escritório	55 137	51 222	93%
Segurança do Escritório	15 000	10 436	70%
Comunicações	26 889	28 374	106%
Água e Eletricidade	3 714	2 363	64%
Manutenção & Reparação do Escritório	5 000	2 875	57%
Combustíveis, Lubrificantes & Manutenção & Reparação de Viaturas	10 246	10 366	101%
Seguro de Viaturas	4 000	2 512	63%
Subscrições	4 120	1 081	26%
Auditoria Externa	20 000	17 550	88%
Salários&Encargos	619 500	633 373	102%
Subsídio de Comunicações	4 759	3 583	75%
Subsídio de Combustível	9 414	6 248	66%
Encerramento do Contrato do antigo Director	62 500	63 525	102%
Serviços Externos	7 000	4 820	69%
Transversal1: Desenvolvimento Institucional	100 000	97 360	97%
	973 077	954 770	98%
Despesas com programas			
Despesas e Receitas Públicas	353 597	316 694	90%
Indústria Extractiva	243 995	242 727	99%
Parcerias Público- Privadas	212 538	194 047	91%
Instituições Democráticas de Controlo e Quadro Regulador	179 100	172 682	96%
Jornalismo Investigativo	143 476	144 126	100%
Associação Fiscal de Moçambique	45 000	-	0%
Projecto Mais Vida	262 480	99 926	38%
Projecto BICA	155 170	111 496	72%
Anti Corrupção	206 376	199 033	96%
Comemoração dos 10 anos do CIP	40 000	18 997	47%
Diferenças cambiais desfavoráveis	3 000	25 753	858%
	1 844 732	1 525 480	83%
Total de despesas	2 817 809	2 480 250	88%
		<i>Pag.5</i>	
Excesso de receitas/despesas		394 821	

Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
 Ano findo a 31 de Dezembro de 2015
 (Expresso em Dólares)

Descrição	Notas	USD	USD
		31.12.15	31.12.14
Saldo inicial		204 684	32 949
Devolução ao doador	3	(2 881)	-
Excesso de Receitas/Despesas		394 821	171 735
Saldo final		<u>596 624</u>	<u>204 684</u>
<i>Representado por:</i>			
Caixa	4	15	-
Depositos a Ordem (Standard Bank) - MZM	4	50 981	3 993
Depositos a Ordem (Standard Bank) - USD	4	595 662	206 079
Adiantamento concedidos	5	2 221	965
Credores	6	(52 255)	(6 353)
		<u>596 624</u>	<u>204 684</u>

1. Introdução

1.1 Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)

O Centro de Integridade Pública (CIP) é uma pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, do tipo associação sem fins lucrativos, não partidária, independente, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A Missão do CIP é a de promover a integridade na esfera pública em Moçambique, através da denúncia da corrupção e de irregularidades, em geral, e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

1.2 Financiamento

Foi assinado um Memorando de Entendimento entre Parceiros e o CIP em Abril de 2014, com o objectivo de financiar o Plano Estratégico do CIP de Janeiro de 2014 a Dezembro de 2018.

O financiamento "*Joint Funding Arrangement*" é composto por 6 doadores, nomeadamente: Department For International Development (DFID), Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), Norwegian Ministry of Foreign Affairs (MFA), OXFAM NOVIB Moçambique, IBIS Moçambique e Royal Danish Embassy.

2. Políticas Contabilísticas

Os parágrafos seguintes descrevem as principais políticas contabilísticas aplicadas consistentemente ao projecto.

(a) Geral

O mapa de Despesas foi preparado na base do princípio contabilístico de Caixa. De acordo com este princípio, as receitas são registadas quando forem recebidas e as despesas são apenas registadas na data em que os pagamentos forem efectuados.

(b) Convenção Contabilística

Os registos contabilísticos são preparados pelo princípio do custo histórico, sem quaisquer ajustamentos subsequentes para reflectir o impacto das mudanças de preços específicos ou a evolução do nível geral de preços.

(c) Equipamentos

As aquisições de equipamentos são registadas como despesas correntes do projecto na data do seu pagamento. Contudo, a organização mantém um inventário detalhado de todos os equipamentos adquiridos.

(d) Transacções em moeda estrangeira e nacional

A moeda de referência para o registo das transacções é o Dólar americano. As transacções efectuadas em moeda nacional são convertidas para esta moeda ao câmbio da data da transacção, de acordo com os boletins do Standard bank. As diferenças cambiais favoráveis e desfavoráveis são reflectidas nas contas de resultados no período de ocorrência.

3. Fundos devolvidos aos doadores

Descrição	31.12.15
Embaixada do Reino dos Países Baixos	2 563
Embaixada da Dinamarca	318
	<u>2 881</u>

4. Saldos bancários a 31 de Dezembro de 2015

Banco	Conta no.	Moeda	Valor origem	USD
Standard Bank, S.A.	1135631061024	USD	595 662	595 662
Standard Bank, S.A.	1135631061008	MZN	2 304 194	50 981
				<u>646 642</u>
Caixa				15
Caixa e Bancos				<u>646 658</u>

5. Adiantamento para despesas de viagens

Esta rubrica se refere aos fundos colocados a disposição dos colaboradores para a cobertura das despesas de viagens que a data do fecho das contas ainda não tinham sido justificados.

Descrição	31.12.15	31.12.14
Organizações (várias)	-	965
Caixa Adiantamentos	2 221	-
	<u>2 221</u>	<u>965</u>

6. Credor Estado

A rubrica Credor Estado corresponde aos impostos sobre rendimentos profissionais e a contribuição ao INSS referentes ao mês de Dezembro de 2015.

Descrição	31.12.15	31.12.14
Rendimentos Profissionais	(23 794)	(977)
Rendimentos de Trabalho Dependente	(22 097)	(5 376)
Contribuições ao INSS	(6 365)	-
	<u>(52 255)</u>	<u>(6 353)</u>

7. Financiamento

Descrição	31.12.15	31.12.14
SDC	812 480	553 896
Norway	185 150	750 000
Oxfam Novib (AGIR)	555 865	775 555
IBIS	150 000	245 793
Embaixada da Dinamarca	613 365	-
DFID	476 850	-
	<u>2 793 710</u>	<u>2 325 244</u>

Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Ano findo a 31 de Dezembro de 2015
 (Expresso em Dólares)

8. Pagamento Directo feito pela Norway

Descrição	31.12.15	31.12.14
Pagamento directo (consultoria) – C. Michelsens Institute	64 850	-
	<u>64 850</u>	<u>-</u>

9. Outras receitas

Descrição	31.12.15	31.12.14
Diferenças cambiais favoráveis	16 511	3 059
Outros (Juros de conta a ordem)	-	6
	<u>16 511</u>	<u>3 065</u>

10. Custos com o pessoal

Descrição	31.12.15	31.12.14
Salários & encargos	696 898	590 125
Subsídio de comunicações	3 583	3 416
Subsídio de combustível	6 248	9 226
	<u>706 729</u>	<u>602 768</u>

11. Fornecimento e serviços de terceiros

Descrição	31.12.15	31.12.14
Material de escritório e consumíveis	14 469	15 600
Despesas bancárias	4 614	5 631
Renda do escritório	51 222	62 756
Segurança do escritório	10 436	15 262
Comunicações	28 374	21 046
Água e electricidade	2 363	2 607
Manutenção & reparação do escritório	2 875	7 370
Combustíveis, lubrificantes & manutenção & reparação de viaturas	10 366	5 119
Seguro de viaturas	2 512	3 721
Subscrições	1 081	2 498
Auditoria externa	17 550	10 000
Serviços externos	4 821	7 450
Transversal1: Desenvolvimento Institucional	97 360	99 329
	<u>248 040</u>	<u>258 389</u>

12. Programas

Descrição	31.12.15	31.12.14
Despesas e receitas públicas	316 694	254 742
Indústria extractiva	242 727	254 818
Parcerias públicas - privadas	194 047	113 647
Instituições democráticas de controlo e quadro regulador	172 682	94 111
Eleições	-	549 081
Anticorrupção	199 033	-
Jornalismo Investigativo	144 126	-
Projecto Mais Vida	99 926	-
Projecto BICA	111 496	-
Comemoração Nacional dos 10 anos do CIP	18 997	-
	<u>1 499 728</u>	<u>1 266 399</u>

Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Ano findo a 31 de Dezembro de 2015
 (Expresso em Dólares)

13. Custos e perdas financeiras

Descrição	31.12.15	31.12.14
Diferenças cambiais desfavoráveis	25 753	18 912
	<u>25 753</u>	<u>18 912</u>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento do disposto nas alíneas A e B do artigo 17 dos Estatutos, examinamos o relatório de gestão da Direcção e as contas do período 1.01.2015 a 31.12.2015, compreendendo estas a Execução Orçamental e a posição Financeira do Centro de Integridade Pública.

A Posição Financeira é representada por USD 596.624 e verificou-se um excesso das receitas sobre as despesas.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu a duas reuniões trimestrais, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da evolução do Centro de Integridade Pública, quer no tocante à sua situação financeira, quer ao desenrolar das actividades programáticas, bem como sobre os processos administrativos.

No exercício das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou ao longo deste semestre as actividades desenvolvidas pelo CIP e manteve contactos regulares com vista a obter informação de suporte dos valores constantes dos registos contabilísticos, tendo obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

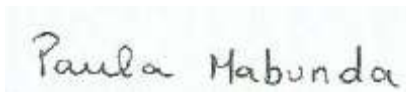
Da verificação efectuada aos documentos que serviram de base para os registos contabilísticos e da análise efectuada ao relatório financeiro, o Conselho Fiscal é da opinião que os mesmos satisfazem de um modo geral, as disposições legais e estatutárias e concorda com as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- Se aprove a Execução Orçamental e a posição Financeira do Centro de Integridade Pública que vos são apresentadas.

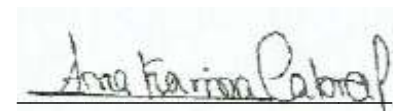
O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento, pela colaboração dispensada, ao Conselho de Direcção, aos diversos responsáveis e demais colaboradores da organização com quem teve a oportunidade de contactar.

Maputo, 22 de Janeiro de 2016



Paula Mabunda

Vogal



Ana Karina Cabral

Presidente

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)

"Joint Funding Arrangement"

A responsabilidade pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira bem como a preparação dos diversos demonstrativos que integram o presente relatório, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, é da administração do Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)

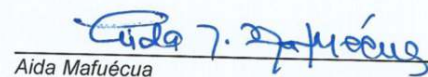
As demonstrações financeiras foram auditadas pelo auditor independente Deloitte & Touche (Moçambique), Lda, aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos do Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP) - "Joint Funding Arrangement" e respectiva documentação de suporte, assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião do referido auditor independente está apresentada nas páginas 2 e 3.

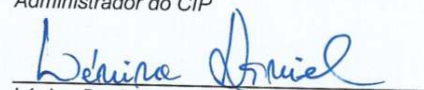
As demonstrações financeiras constantes deste relatório, para o ano findo a 31 de Dezembro de 2015 foram preparadas pelo CIP em base de caixa e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em associações sem fins lucrativos, aplicados de forma consistente e suportadas por razoável e prudente juízo e estimativas.

A administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da instituição. Os controlos internos são monitorados pela Direcção Executiva e pelos empregados da instituição com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

As demonstrações financeiras, constantes das páginas 4 a 13 foram aprovadas pelo CIP em 19 de Janeiro de 2016 e assinadas pelos seus representantes:


Adriano Nuvunga
Director do CIP


Aida Mafuéua
Administrador do CIP


Lénine Daniel
Contabilista do CIP

Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP), para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2015, que compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração de recebimentos e pagamentos, e demonstração da execução orçamental, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, conforme páginas 4 a 13.

Responsabilidades da Direcção pelas demonstrações financeiras

A Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP) é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras em conformidade com as condições prescritas nos acordos de financiamento e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique. Esta responsabilidade inclui:

- Concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou erro;
- Selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas; e,
- Elaboração de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Responsabilidades do auditor

É nossa responsabilidade expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos, de planeamento e de execução de auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais.

Uma auditoria envolve:

- A execução de procedimentos para obter evidências de auditoria sobre os valores e seus detalhes divulgados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devidos a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade;
- A avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela administração;
- A avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Consideramos que a evidência de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

2

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, contidas nas páginas de 4 a 13, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira, a demonstração de recebimentos e pagamentos e a demonstração da execução orçamental da Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP) para o período findo em 31 de Dezembro 2015, em conformidade com os princípios e critérios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique para Associações sem fins lucrativos e o Memorando de Entendimento assinado com os financiadores da Instituição.

Maputo, 23 de Fevereiro de 2016

Deloitte & Touche (Moçambique), Lda
Representada por
Aneliya Nikolova
Partner

PARCEIROS:

